

TERMO DE REFERÊNCIA

Mata de São João, Bahia em 24 de novembro de 2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 54/2025

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência (TR) visa a detalhar os elementos necessários ao seguinte objeto de contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, ABRANGENDO CAPTAÇÃO DE IMAGENS EM ALTA DEFINIÇÃO, EDIÇÃO E TRATAMENTO PROFISSIONAL DE VÍDEOS, CRIAÇÃO E ANIMAÇÃO GRÁFICA COM SOFTWARES AVANÇADOS, CAPTURA, MIXAGEM E MASTERIZAÇÃO DE ÁUDIO, DESENVOLVIMENTO DE JINGLES E PRODUÇÃO SONORA, UTILIZANDO EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA AVANÇADA, COM O OBJETIVO DE ATENDER ÀS DEMANDAS INSTITUCIONAIS E DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO, GARANTINDO QUALIDADE TÉCNICA, CONFORMIDADE COM NORMAS DE PRODUÇÃO E SUPORTE ÀS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO OFICIAL.

1.1 Na tabela a seguir são descritos os bens/serviços que serão adquiridos, bem como sua descrição resumida e quantidades, bem como os detalhes necessários para a respectiva contratação:

Item	Descrição do Serviço	Qtd.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Produção de vídeo institucional – captura de imagens, edição, coloração, inserção de legendas, captação de cenas, incluindo deslocamento e edições, conforme roteiro fornecido pela CMMSJ. Duração de até 1 minuto .	26	R\$	R\$
2	Produção de vídeo institucional ampliado – captura de imagens, edição, coloração, inserção de legendas, captação de cenas, incluindo deslocamento e edições, conforme roteiro fornecido pela CMMSJ. Duração de até 2 minutos .	14	R\$	R\$
3	Vídeo em animação gráfica – produção de vídeo animado, colorido, com duração de até 15 segundos , seguindo roteiro fornecido pela Câmara, elaborado em Adobe After Effects ou software similar.	15	R\$	R\$
4	Produção de música institucional (jingle) – criação, gravação e finalização em estúdio próprio, com duração de até 2 minutos e 30 segundos .	3	R\$	R\$



5	Produção de spot publicitário (1 minuto) – criação e edição de áudio com trilha sonora, efeitos e formatação para rádio e mídias afins.	10	R\$	R\$
6	Produção de spot publicitário (30 segundos) – criação e edição de áudio com trilha sonora, efeitos e formatação para rádio e mídias afins.	20	R\$	R\$
7	Produção de vídeo documentário institucional – captura, edição, coloração, masterização e legendagem. Duração de até 10 minutos .	2	R\$	R\$
8	Produção de fotografias institucionais – por unidade. Fotografias no formato retrato , produzidas com lente objetiva EF 85mm F/1.4L IS USM , com fundo branco ou preto, ou em ambientes externos. Imagens destinadas à composição de peças e materiais a serem impressos, transmitidos ou publicados pela Casa Legislativa .	30	R\$	R\$

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação da empresa especializada em produção audiovisual se justifica pela necessidade de garantir qualidade, eficiência e padronização na comunicação institucional da Câmara Municipal de Mata de São João. Considerando a relevância da divulgação das atividades legislativas, é fundamental dispor de conteúdos audiovisuais profissionais, produzidos com equipamentos de última geração, softwares atualizados e equipe técnica qualificada, capazes de atender a todas as etapas do processo, desde a captação até a finalização. A centralização dos serviços em uma única empresa possibilita otimização de recursos, maior agilidade na produção, suporte contínuo e consistência técnica, assegurando que a comunicação institucional seja eficiente, transparente e alinhada às melhores práticas do setor audiovisual, fortalecendo a visibilidade e o engajamento da população com as ações da Casa Legislativa..

2.3 Decisão sobre parcelamento e escolha do tipo de solução: Considerando que a Câmara Municipal não possui natureza arrecadatória, sobrevivendo exclusivamente por meio do duodécimo, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), opta-se, sempre que possível, pelo pagamento mensal ou parcelado das contratações. Essa forma de pagamento permite melhor gestão financeira da Casa, garantindo equilíbrio orçamentário e evitando comprometer recursos de forma indevida. Ademais, enfatiza-se a necessidade de verificação prévia do cumprimento integral de todos os requisitos contratuais antes da efetivação do pagamento, assegurando regularidade, eficiência e transparência na execução das despesas públicas.

2.4 Providências para a adequação do ambiente: Conforme registrado no ETP, todas as providências mencionadas no referido item foram devidamente sanadas. Com isso, o presente Termo de Referência (TR) preenche todas as lacunas eventualmente



identificadas, garantindo que eventuais questões ou ajustes necessários para a execução da contratação tenham sido plenamente atendidos.

2.5. Resultados e benefícios previstos: Com a contratação da empresa especializada em produção audiovisual, espera-se alcançar conteúdos institucionais de alta qualidade, com padronização visual e sonora, garantindo profissionalismo e coerência na comunicação da Câmara Municipal de Mata de São João. A centralização de todo o processo permitirá maior agilidade na produção, otimização de recursos, suporte técnico contínuo e consistência em todas as etapas, da captação à finalização. Pretende-se ampliar a cobertura das atividades legislativas por meio de vídeos institucionais, reportagens, vinhetas, animações e jingles, fortalecendo a transparência, a visibilidade pública e o engajamento dos cidadãos, consolidando uma estratégia de comunicação eficiente, sustentável e alinhada às melhores práticas do setor audiovisual.

2.6. Declaração da viabilidade ou não da contratação: Conforme verificado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado pelo servidor Thiago Moura Miranda, matrícula funcional 462, foi declarada a viabilidade da contratação. Dessa forma, com base nas informações e análises contidas naquele documento, daremos prosseguimento à elaboração do Termo de Referência (TR), especificando todas as definições e condições necessárias para a execução adequada da contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A solução a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

A contratação deverá contemplar empresa especializada na prestação de serviços de produção audiovisual institucional, com equipe técnica mínima composta por um editor de vídeo, dois filmmakers e um profissional de áudio, todos devidamente capacitados e com experiência comprovada em projetos semelhantes. A empresa contratada deverá dispor de equipamentos e câmeras de última geração, garantindo elevada qualidade técnica na captação, edição, pós-produção e finalização dos materiais audiovisuais, bem como softwares profissionais atualizados para tratamento de imagens e áudio. Deverá possuir estúdio próprio adequado para a captura de áudio e vídeo, localizado em até 20 km de raio do prédio principal da Câmara Municipal de Mata de São João, permitindo a realização de gravações em ambiente controlado quando necessário. A logística e o transporte dos profissionais da empresa fornecedora serão de inteira responsabilidade da contratada, incluindo deslocamentos para gravações externas ou internações na sede da Câmara, assegurando pontualidade e regularidade no atendimento das demandas. Os materiais produzidos deverão ser entregues em prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a finalização da produção, prontos para utilização em qualquer plataforma de divulgação oficial da Câmara, incluindo mídias digitais, rádio, televisão ou outros canais institucionais. A empresa deverá ainda garantir suporte técnico contínuo, mantendo padrões de qualidade uniformes e assegurando a consistência visual e



sonora de todos os conteúdos produzidos. Demais requisitos técnicos, operacionais e administrativos, bem como condições de habilitação, critérios de julgamento e procedimentos para a execução dos serviços, serão detalhadamente estabelecidos no Edital de Pregão Eletrônico, ao qual a contratação estará integralmente subordinada.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 O objeto da presente contratação será executado na modalidade de pagamento sob demanda, onde todos os itens de execução do fornecimento de bens/prestação de serviços são de responsabilidade e propriedade da CONTRATADA;

4.2. A CONTRATADA será responsável pela produção, edição e captação dos roteiros e materiais solicitados pela CMMSJ ;

4.3. A CONTRATANTE será responsável pela gestão e operação técnica de seus próprios equipamentos; gestão contratual e fiscalização administrativa para o cumprimento das obrigações da CONTRATADA e atestação dos bens/serviços entregues e sua conformidade com as especificações e resultados esperados determinados neste TR, para fins de execução do pagamento dos bens fornecidos/serviços prestados e aplicações de sanções e penalidades por descumprimento contratual cabíveis;

4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar o planejamento e entrega dos serviços solicitados nos dias e horários definidos pela CONTRATANTE, podendo ser realizados fora de horário comercial, incluindo sábados, domingos e feriados, caso a CONTRATANTE julgue necessário, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, em caso de entrega de matérias, deverão ser observados os horários de entrega das 09:00 horas às 15:00 horas, sempre no Prédio Principal – Na Praça Amado Bahia, 201 – Centro – Mata de São João, Bahia – CEP 48280-000.

4.5. Em caso de serviços, serviços contratados devem estar disponíveis dentro do horário de funcionamento desta Casa Legislativa, bem como em dias que se tenham sessões extraordinárias, ou plantões de trabalho na Unidade, em igual disponibilidade, durante toda a vigência contratual; Em caso de locação de bens, o fornecedor deve prestar assistência durante 7 dias na semana. Os equipamentos para captação deverão ser de acordo com o EDITAL, bem como serem de ultima geração, todo material para produção utilizado, será de responsabilidade da empresa contada, devendo incluir, câmeras, drones, equipamento de filmagem, lentes e equipe profissional.

4.6. O acesso de terceiros aos equipamentos da CONTRATANTE se dará sempre mediante autorização expressa da fiscalização/gestão da CONTRATANTE;



4.6.1. O fornecimento dos bens /prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

4.7 A CONTRATADA habilitar-se-á ao pagamento mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, desde que cumpridos todos os requisitos desta TR. Bem como de certidões , Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Concordata ou Falência. Em caso de Fornecedor cujo endereço seja no DF – Distrito Federal, deverá ser observada as certidões em que são emitidas pelo ente.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1 A CONTRATADA se sujeitará à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE quanto ao fornecimento dos bens/prestação dos serviços, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

5.1.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

5.1.2 O acompanhamento e a fiscalização serão exercidos por servidores representantes da CONTRATANTE especialmente designados, nos termos do da Legislação em Vigor.

5.2 As sanções administrativas cabíveis relativas ao descumprimento do procedimento licitatório, bem como das obrigações decorrentes do respectivo contrato, serão fixadas pelo Edital e pela respectiva minuta do Contrato Administrativo, anexa àquele.

5.3 Será o Gerente do Presente Contrato o Servidor: Ronivaldo Santos da Silva, matrícula 88088, tendo como suplente o (a) servidor(a) Mailane Santos Correia, matrícula 87798.

5.4 Será o Fiscal do Contrato, inclusive atestadores da execução dos serviços/eou entrega de bens o Servidor: Jardel Alves de Oliveira dos Anj0s, matrícula 87804 tendo como suplente o (a) servidor(a) Jeovana Almeida de Jesus , matrícula 88233.



6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1 Conforme abordado anteriormente, a estimativa de Preços foi definida no E.T.P no item IV, daquele documento.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A cobertura das despesas necessárias à execução do objeto contratado correrá à conta dos recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual, vigente para o Ano de 2026 – a Saber, Lei Municipal 1015 de 21 de outubro de 2025.

7.1.1 Fonte de recursos: As fontes dos recursos, serão informadas no respectivo documento de Documento de Dotação Orçamentária.

7.2. Em cumprimento ao que dispõe o art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, a estimativa de impacto econômico-financeiro é de no máximo contratação é de: **R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais)**, podendo ter valor a menor após fase de disputa em Pregão ou recebimento de novas propostas em caso de Dispensa.

8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO	<input type="checkbox"/> Empreitada	<input checked="" type="checkbox"/> Preço Global	<input type="checkbox"/> Preço Unitário
ADJUDICAÇÃO DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/> Global	<input type="checkbox"/> Por lote	<input type="checkbox"/> Por Item

MODALIDADE DA LICITAÇÃO E OU DISPENSA: Seguindo o documento de abertura, a modalidade será: DISPENSA

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

Justificativa de caracterização do objeto como bem comum.

8.1 O objeto supramencionado, descritos neste Termo de Referência, enquadra-se no conceito de bem comum, nos termos da Lei Federal, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações usuais de mercado, e os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida e os bens ou serviços são fornecidos comercialmente por mais de uma empresa no mercado;

Assim, entende-se que, em caso de Pregão, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública, poderá ser feito a disputa normalmente. **Em caso de Dispensa, Inexigibilidade, obviamente, não se aplicará tal dispositivo.**



Critérios de Habilitação

8.2 As licitantes deverão apresentar documentação relativa à sua habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal, regularidade trabalhista e habilitação técnica.

8.3 A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

8.3.1 Para sociedade empresária ou sociedade simples: ato constitutivo devidamente registrado no respectivo registro, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, caso tal informação já não conste do referido ato.

8.3.1.1 Sociedades dependentes de autorização do poder executivo federal para funcionar deverão também apresentar decreto de autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3.2 Para empresário individual ou de empresa individual de responsabilidade limitada: comprovante de inscrição no registro público de empresas da respectiva sede.

8.3.3 Para pessoa natural: cédula de identidade.

8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:

8.4.1 Certidão negativa de pedido de falência, ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

8.4.1.1 No caso de sociedade simples, a licitante deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 03 (três) meses da data da abertura do certame, se outro prazo de validade não constar no documento;

8.4.1.2 No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar a certidão de objeto e pé, expedida pelo ofício competente esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões).

8.4.2 Exigir-se-á a demonstração de capacidade financeira, com apresentação de balanços, em caso de Pregão Eletrônico.

8.5 A documentação relativa à regularidade fiscal consistirá em:

8.5.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.5.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.



8.5.3 Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal.

8.5.4 Certidão negativa relativa a Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.5.5 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União.

8.5.6 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

8.5.7 Prova de regularidade perante a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, quanto aos tributos relacionados com a prestação licitada.

8.5.9 Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas Públicas certidões positivas com efeito de negativas.

8.6 A documentação relativa à regularidade trabalhista consistirá em:

8.6.1 Declaração firmada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei, para os fins do previsto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, cumpre o quanto estabelecido no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal.

8.7 O licitante deverá apresentar ainda as declarações, solicitadas em Editais e pelos setores correspondentes.

8.8 A documentação relativa à qualificação técnica:

8.8.1 A qualificação técnica para a execução do objeto será comprovada por meio de atestados/certidões emitidos em nome da empresa licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto do presente certame licitatório.

8.8.3 A(s) certidão(ões)/atestado(s) deverá (ão) ser apresentado(s) em papel timbrado original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridades ou representante de quem o expediu, com a devida identificação.

8.8.4 É necessária também a apresentação, para fins de qualificação técnica, de declaração da licitante, sob as penas da lei, de que possui capacidade técnica para cumprir as condições estipuladas no Termo de Referência.

8.8.5 É facultada à Comissão de Licitação, de ofício ou mediante requerimento do interessado, em qualquer fase da Licitação realizar diligências, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



8.8.6 Em caso de Pregão Eletrônico, a ausência de documentos acarretará desclassificação, salvo, se o documento já tiver sido emitido (com data anterior) e por erro sistêmico, não foi devidamente juntado.

8.8.7 . As movimentações de Pregão em sistema, serão efetuadas sempre no período de 08:00 horas às 16:00 horas, de segunda a sexta.

8.8.8. Deverão ser desconsiderada as exigências acima, que não se aplicarem, conforme Lei Vigente, nas dispensas de licitação e inexigibilidade.

Critérios técnicos obrigatórios

8.9 A proponente deverá comprovar o atendimento aos critérios técnicos do objeto definidos no item 3.” Requisitos da contratação” do presente Termo de Referência.

8. 10 . Além disso deverá ter ciência e está disponível das condições mínimas para contratação, mencionadas neste documento ou no E.T.P.

**PEDRO GABRIEL SILVA SANTANA
ASSESSOR LEGISLATIVO I
MATRÍCULA FUNCIONAL
(ASSINADO ELETRONICAMENTE)**

Aprovo. Encaminha-se à para o setor de Orçamentos.





ESTADO DA BAHIA CÂMARA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

MANIFESTO DO DOCUMENTO

Outros Documentos

Protocolo Nº: 4806
Documento Nº: 2/2025

Protocolo Data: 24/11/2025



Gerado por Thiago Moura Miranda na repartição Licitações e Contratos dia 24/11/2025 às 10:18

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

ETDVP-HYM9S-TM46B-QLZGQ-S8FJ7



Para confirmar a autenticidade acesse <https://ba-matadesaojoao-camara.sistemalegislativo.com.br/validador-assinatura>

Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei Federal 14.063/2020.



Pedro Gabriel Silva Santana (Pedro Gabriel) - 079.XXX.XXX-10
Em 24/11/2025 10:22 UTC -03:00 do IP 181.77.5.26
Tipo Eletrônica